



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL**

***ATA Nº 05/2012***

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM**

**27 de dezembro de 2012**

**PRESIDENTE:** Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

**1º SECRETÁRIO:** Francisco da Silva António

**2º SECRETÁRIO:** Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

#### **Ordem de Trabalhos**

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;**
- 2. Mapa de Pessoal para 2013;**
- 3. Documentos Previsionais para 2013;**
- 4. Reorganização dos Serviços Municipais;**
- 5. Sistema de Controlo Interno;**
- 6. Compromissos assumidos no âmbito da autorização prévia aprovada pela A.M. em 28/09/2012 (Lei dos Compromissos).**

Urgente

#### **1. Atribuição de Despesas de Representação**

### **Período de Intervenção do Público**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, José Maria Mora de Campos, Joaquim António Lopes Serras, Manuel Paulo de Almeida da Silva, Anacleto da Silva Batista, Júlio Martins Lobato, Carlota Maria Garibaldi Serrão Mora, Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Marta Tavares, Francisco da Silva António, Pedro Miguel Matos Carreira, Luis Patrão Salgueiro, Victor Lopes Pires, António Pereira Fernandes, Manuel José dos Santos Serras, Fernando Teresa da Silva. -----

Estiveram presentes os Senhores, Vice-Presidente da Câmara e Vereadores, Fernando Vasco e Pedro Duque. -----

Não esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, por motivos de saúde. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou ter recebido uma carta do deputado Rui Serras, apresentando a renúncia do seu mandato, referindo ter tomado as diligências para a convocação do deputado seguinte da lista, que era o Senhor Manuel Luís Costa, o qual não mostrou disponibilidade e, é sua intenção, se todos estiverem e acordo, dar posse à Senhora Marta Tavares, que se encontra presente, para que se aligeire o processo, tendo a Assembleia Municipal concordado. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia apontando um erro na ata da última sessão. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade, com três abstenções.

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, questionando sobre o ponto de situação da Barragem da Lapa e os trabalhos que deveriam ser feitos, relativos à segurança.-----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo colocando uma questão à consideração, que na sua opinião é, neste momento, pertinente, dado que a conjuntura financeira é difícil, a economia encontra-se muito deprimida, as empresas têm mais tendências para fechar do que para abrir, para iniciar novas atividades e, na sua opinião este é o momento adequado para se repensar o que é que, a nível do concelho se pode fazer para dinamizar a instalação de empresas no concelho, para se criar postos de trabalho. É nos momentos de dificuldade económica que se trabalha para programar uma possível fase de melhoria económica, é nesta fase que se criam condições para que, no futuro, quando houver melhores condições de viabilidade económica, mais dinamismo, se possam criar e instalar empresas no concelho e, nesse sentido, gostava de saber qual é a política no concelho no que diz respeito a dinamização de empresas, em relação, principalmente, à zona industrial, o que é que o executivo pensa fazer em relação à zona industrial que existe, uma vez que se constata que ela não está bem dimensionada, por forma a ser uma zona cativante para as empresas. O executivo no seu programa eleitoral tinha previsto, não sabendo se é exequível ou não, construir uma zona industrial em cada freguesia, isso é questionável do seu ponto de vista, mas, no fundo, nada ainda foi feito, sobre esse aspeto, queria saber o que é que o executivo pensa fazer também nesta fase, tanto mais que seria uma forma também de, ao se reabilitar a zona industrial, criar algum dinamismo económico no concelho. ----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente, desejando boas festas e que o ano de 2013 seja um ano de sucesso para todos, não só pessoais mas também políticos, porque o sucesso de uns é o sucesso do concelho. Em primeiro lugar e, referindo-se à questão colocada pelo Senhor deputado Adérito Garcia, o projeto começado e entregue pela empresa do consórcio liderado pelo Lena, foi entregue ao município e na mesma altura foi entregue por mão ao INAG, que agora é chamado de Agência

Portuguesa do Ambiente, o INAG enviou o projeto para o LNEC para ser avaliado e para dar o parecer. É nesta fase em que se está, à espera do parecer do LNEC e, logo que ele seja aprovado, dar-se-á início às obras que a barragem necessita. -----

Em relação ao que disse o Senhor deputado Manuel Paulo, tem toda a razão quando diz que existe um grave problema financeiro, mas não sabe se tem razão quando diz que é uma boa altura para cativar mais empresas. Neste momento realmente, a preocupação que se tem de ter é de manter as que existem e que não possam contribuir para o aumento do desemprego como tem acontecido por todo o país. O Sardoal não é exceção, na verdade a Autarquia tem essa preocupação, a qual é partilhada com os seus parceiros, nomeadamente a Tagus, onde se tenta que alguns sardoalenses ou potenciais investidores o possam fazer no concelho, através dos financiamentos que a Tagus tem como o PRODER, do Programa Leader e também através da Nersant, tendo já participado em várias reuniões, aliás, todas as reuniões que existem dentro dessa área, tenta ir a todas, precisamente para tentar sensibilizar as pessoas, para que se possam instalar no concelho. -----

Também concorda que a zona industrial é algo que pode ter “um lavar de cara” um bocadinho diferente e, os comerciantes, empresários ali instalados o merecem e é algo que a Câmara pretende fazer, a conjuntura também não tem permitido, mas está nos planos do executivo. -----

Relativamente às empresas que estão instaladas, é importante fazer-se tudo para que elas possam continuar, não só na zona industrial, mas também com o comércio local. Já foi a reunião de Câmara e esteve a discussão pública durante trinta dias, faltando a análise de um parecer jurídico, um programa que a Câmara tem, que virá, se tudo correr bem, à próxima Assembleia Municipal, que é, por exemplo, um circuito de transportes, para que as pessoas possam vir das aldeias à sede do concelho e vice-versa. Este projeto, os senhores conhecem certamente como pessoas atentas que são ao que se passa nas reuniões de Câmara e, foi bem espelhado nas atas das reuniões de Câmara, esperando que o mesmo possa ser aprovado, pois o que se pretende é dar algum dinamismo, trazer as pessoas ao Sardoal, pois o problema também, não é só o comércio local, é um conjunto de instituições que existem na sede do concelho, que, se não tiverem um número mínimo de atividade, também se arriscam a desaparecer. O caso da Segurança Social que esteve em risco de sair do Sardoal e, quando a Câmara teve conhecimento da situação, contactou de imediato o diretor distrital da Segurança Social, dizendo que não tomasse qualquer decisão, porque o que estava em risco, era precisamente o espaço físico para que a Segurança Social continuasse no Sardoal e a Câmara disponibilizou uma casa de função para que o serviço pudesse continuar, não só para as pessoas que necessitam de tratar da sua vida na Segurança Social, mas também é importante, porque se sabe que mais de mil utentes que a Segurança

Social tem, são pessoas que se deslocam à vila para tratar de outros assuntos. A Câmara está atenta e quer ainda fazer mais. -----

## **Ordem de Trabalhos**

### **1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 02, de 11 de janeiro;**

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente dizendo estar disponível para responder a qualquer questão que seja colocada. -----

Interveio o Senhora deputada Carlota Mora, referindo que esta informação tem vindo a alastrar-se há alguns meses, se calhar já desde o ano passado, sobre a Rua das Olarias, que quando for oportuno e o tempo permitir, serão reiniciados os trabalhos, questionando para que ano está prevista a conclusão dos trabalhos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, questionando sobre o PDM, qual o ponto da situação, está-se quase em 2014 e, nesse ano, faz dez anos que a revisão devia de estar em atividade, em execução. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente, referindo que, em relação à Rua das Olarias, era vontade da Câmara que as obras já tivessem começado, mas pelo que os técnicos dizem, a questão é a consolidação das terras e principalmente vão ser plantadas umas plantas, nas zonas das pedras para que também, por aí, não possam haver fugas de terreno e brevemente começarão as obras, está tudo pronto, inclusivamente o projeto, e quase de certeza que em 2013 ficarão prontas. -----

Sobre o PDM, o Senhor Vice-Presidente perguntou ao Senhor deputado se conhecia algum PDM desta zona que tivesse sido revisto, não é que sirva de desculpa nem de consolo, mas o que é certo é que têm acontecido alguns constrangimentos e que não têm permitido o avanço do processo, não só do Sardoal, mas em outros também. Deu como exemplo, as comissões de acompanhamento, com a mudança constante de institutos, de nomes de institutos, com a fusão tem de haver a constituição de novas comissões. Por exemplo houve agora alterações à REN, todos os municípios que já tivessem aprovado aquela fase da REN vão continuar, aqueles que estivessem numa fase mais adiantada, se porventura não está de acordo com a nova legislação da REN, vai tudo recuar novamente. São estes os constrangimentos que o país inteiro tem tido em relação às Revisões dos Planos Diretores Municipais. É um instrumento fundamental no desenvolvimento dos municípios, do território e, na verdade, partilha do interesse e da necessidade que o Senhor deputado tem, que se faça o mais urgentemente possível. Referiu que tem participado em várias reuniões e espera que o país assente

para que as coisas não mudem ao ritmo a que andam a mudar pois assim não se consegue levar o barco a bom porto. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu ainda que se se verificar o mapa da situação financeira, é de salientar o facto de, no período de um ano, a dívida do município ter diminuído um milhão e trezentos e quatro mil euros. Está-se de parabéns pois a Câmara tem trabalhado para isso e, como tem dito noutras situações, esta tem sido uma das grandes obras e uma obra que se tem conseguido levar a bom porto.

## **2. Mapa de Pessoal para 2013;**

Tomou a palavra a Senhora deputada Carlota Mora, questionando se a extinção jurídica de tempo indeterminado dos oito lugares foi por motivo de aposentação ou outro. Em relação aos sete lugares da relação jurídica por tempo determinado certo, são contratos, se foram rescindidos, indagando também o que são os dois lugares extintos a que se refere. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente, referindo que alguns lugares foram por aposentação, na sua grande maioria, e outros por decisão política, de não se abrirem os lugares que estão, dando o exemplo de um, na área do design e que foi uma opção de não se continuar com estes lugares como estavam no mapa de pessoal anterior. -----

A Senhora deputada Carlota Mora interveio referindo não ter ficado esclarecida em relação aos outros dois lugares, tendo o Senhor Vice-Presidente referido que devem estar relacionados com a carreira do regime geral, foram lugares de pessoas que por exemplo, pediram a extinção de lugares, situações de pessoas que saíram e que não se voltou a abrir os lugares. O que pode sobressair deste mapa de pessoal é uma grande diminuição em relação aquilo que tem sido nos últimos anos e na verdade não existe abertura de novos lugares no quadro. Os dois únicos previstos, lugares não ocupados, a manter, são duas mobilidades em que o processo está a decorrer e só comparando com o mapa do ano anterior é que pode dar uma resposta correta ao solicitado. Este lugar, extinto, durante o ano de 2012, poderá também ter a ver com o lugar de chefe de divisão que não vai continuar. Existiam quatro chefes de divisão que agora deixaram de existir neste mapa de pessoal, assim, são estes dois. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea o) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar o Mapa de Pessoal para 2013, com treze votos a favor, da bancada parlamentar do PSD e seis abstenções, da bancada parlamentar do PS. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

### **3.Documentos Previsionais para 2013;**

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que este orçamento tem muito a ver com aquilo que se está a passar hoje em dia em todo o país e a que o município não é alheio, tem a ver também com as regras que têm de ser cumpridas pelo Programa do PAEL ao qual a Câmara se candidatou. É um orçamento que também deixa em aberto a possibilidade de feitura de algumas obras, mas condicionadas ao financiamento, porque não se está em fase de grandes loucuras e, se não se tiver a certeza de que há financiamento para essas obras, as mesmas não poderão ser feitas. Existem situações preocupantes e que muitas vezes os números não espelham muito bem como se pode ver no relatório e, como se pode ver na questão da ação social, é um trabalho que se faz e no qual se investe muito, não tanto em termos monetários, mas sim em termos de aplicação, de dedicação dos funcionários. As questões sociais são uma preocupação de todos, e que muitas vezes não são espelhadas em termos de números, mas elas existem e tem-se o necessário para dar continuidade ao bom trabalho que se tem feito dentro dessa área. -----

Os investimentos, realmente estão dependentes dos financiamentos, a Câmara teve um quadro comunitário de apoio, que funcionou muito mal, o QREN, começou a dar os primeiros passos no bom caminho há poucos meses atrás, a Câmara tem várias candidaturas apresentadas e está a aguardar a decisão da aprovação dessas candidaturas, algumas que até já estavam apresentadas noutros programas, nomeadamente Casos Novos, Panascos, ciclo urbano da água e mobilidade territorial, que era uma candidatura que tinha sido aprovada no programa regional Mais Centro, mas que depois por uma questão de dotação orçamental por parte do Mais Centro, não foi possível a sua concretização e passou para o programa POVT, a Câmara apresentou a candidatura, que terminou, no final do mês de novembro e aguarda-se a decisão para se tomar depois algumas decisões. -----

Continuou referindo que estes documentos são previsionais, é uma previsão daquilo eu se pode fazer ou que se quer fazer. A Câmara não tem qualquer problema, se for para bem do concelho, de se trazer, as vezes necessárias, as alterações e as revisões necessárias para o bom funcionamento, claro que isso terá de ser feito à medida que algumas candidaturas possam vir a ser aprovadas, nomeadamente o Parque Escolar, pois aguarda-se as decisões da parte do ministério, do acordo de colaboração com o ministério da educação, esta é uma obra muito querida do executivo e que se quer levar a bom porto.---

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que depois de uma análise detalhada, o quanto possível, do documento, conclui que neste orçamento se fazem várias comparações com orçamentos anteriores, nomeadamente com o orçamento para o ano que ainda está a terminar e em ponto nenhum se faz comparação com o que se está a orçamentar ou a prever sobre o realizado, esta

é uma questão essencial sobre a elaboração dos orçamentos, os quais devem ser baseados no mais real que possa existir e, tendo a Câmara Municipal informação daquilo que foi a execução de 2011 e tendo com certeza a informação daquilo que já foi a execução pelo menos dos três primeiros trimestres de 2012, na sua opinião, devia tomar-se como base, não os orçamentos anteriores, mas as despesas e as receitas efetivamente obtidas, porque em algumas das rúbricas foi feito desta forma e está expresso desta forma, que em algumas das rubricas, nomeadamente taxas, utilizou-se este critério, porque não utilizar-se noutras rúbricas, que na sua opinião seria um critério mais assertivo e poderia conduzir a melhores resultados. -----

Em termos do princípio do equilíbrio, efetivamente neste orçamento, a receita corrente chega para cobrir as despesas correntes, mas não se pode esquecer que de facto, há um dado novo, que é a alteração da distribuição dos valores do FEF, porque seguramente, se se mantivesse a distribuição que existia até ao ano passado, 65%-35%, voltaríamos a ter o princípio do equilíbrio em risco. -----

Continuou o Senhor deputado referindo que em termos globais, na sua opinião, continua a ser um orçamento e, atendendo ao momento em que se vive, que está manifestamente empolado em aproximadamente 40%, porque, somando aquelas rúbricas que servem para criar balões de oxigénio, é somar os outros, e nos outros tem-se um milhão e oitocentos mil euros, grosso modo. É fácil fazer as contas. -----

Existe outra questão, que não encontrou no orçamento das receitas, que é a venda de água, tem-se transportes escolares, receitas dos cemitérios, do saneamento, mas venda de água não aparece, não sabendo se na rúbrica “outros” que porventura terá a designação incorreta, por outro lado é referido com pompa e circunstancia, que se chegou a um cordo com a Águas do Centro, para que não sejam cobrados, de ambas as partes, juros de mora, e, entende isto, como o resultado de a Câmara Municipal eventualmente ser uma má pagadora porque, só desta forma, é que a Águas do Centro é que porventura, estariam disponíveis para algo deste género, parece-lhe a si, que é um assunto que só interessaria à Câmara Municipal. Por outro lado, e seria esta porventura, a maior atividade ou a atividade mais relevante prevista para o ano de 2013, que é a aquisição de parte de capital da Águas do Centro, cento e noventa e dois mil euros, mas que se vai adquirir, contra a concessão de outras infraestruturas, como está escrito no próprio relatório, até nas atividades mais relevantes não há nada de especial a apontar. Por outro lado deixa antever um aumento de 3% nos custos de água e saneamento e, no momento em que se está, deixa algumas reticências sobre esta questão. -----

Em termos das despesas correntes, verifica-se de facto, algum esforço na sua redução, mas ainda assim, achamos que está um pouco afastado daquela que é a redução genérica da atividade da



Câmara Municipal, os próprios munícipes não estão a despertar tanta atividade na Câmara Municipal, como licenciamentos de obras particulares, não tendo números, presume, face àquilo que se verificava há cinco anos, se calhar está-se a 20% em termos de número de processos. Em termos de obras públicas, de obras da própria Câmara também a atividade é bastante reduzida até por via da questão do próprio QREN. Estes são alguns exemplos que, da sua análise, a atividade da Câmara em termos genéricos, está bastante reduzida, parecendo-lhe que estas reduções que são propostas, poderia ir-se mais além. Existe uma outra observação que é feita, sobre os subsídios, “redução de 20%, apesar de ser intenção, a não redução de subsídios em relação ao ano de 2012”, não conseguindo perceber, se o objetivo é reduzir 20%, como se vai reduzir, sem reduzir subsídios, só podendo entender como, mais uma vez, que não se irá pagar os subsídios prometidos há alguns anos, às juntas de freguesia, às associações, ficando mais um ano à espera. -----

Em termos globais, este orçamento não trás nenhuma orientação estratégica, não dá uma linha orientadora, a não ser eventualmente a prática de atos correntes de gestão, para manter a Câmara em atividade mínima porventura, para não provocar outros custos. -----

Referiu ainda o Senhor deputado, registar com apreço, que pela primeira vez, a Câmara PSD no Sardoal, tenha acolhido uma das propostas que o PS fez no seu processo eleitoral e que tem a ver com os equipamentos eletrónicos de comunicação automática de pedidos de emergência que, desta vez, aparece inscrito. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo não estar de acordo com o Senhor deputado pois este orçamento é o mais real que possa existir, claro que são documentos previsionais e, como disse na introdução, poderão ser objeto de reanálise a qualquer momento, se assim se justificar, e o Senhor deputado não faz muito sentido quando refere o princípio do equilíbrio. Se a Lei permite que o princípio do equilíbrio seja esse, a Câmara nunca deixou de o cumprir, fossem quais fossem os valores e, irá continuar a cumpri-lo. Em relação aos “outros”, não é uma rúbrica que está ali para se pôr verbas para o que se quiser utilizar. O Pocal tem um conjunto de classificadores para cada área e algumas das atividades não se enquadram nesse conjunto de classificadores e, quando isso acontece, remete para “outros”, por exemplo, as fotocopiadoras não se enquadram em nenhum dos que o Pocal diz, então vai para “outros”. As receitas da Águas do Centro, o saneamento, no Pocal não há nenhuma rúbrica que possa enquadrar o saneamento, a receita do saneamento vai para “outros”, onde existe uma receita de cerca de 5 mil euros/mês. Outro exemplo, as percentagens que a Câmara usa dos ATP’s. O que é importante é que as pessoas percebam que, quando se coloca no “outros” é porque realmente faz parte

da regra do Pocal, e que, se há um conjunto de atividades e que os classificadores não abrangem todas as áreas, remete para “outros”. -----

Continuou o Senhor Vice-Presidente, referindo-se aos juros de mora, a Câmara não é má pagadora, teve foi, situações de atraso e, automaticamente, por um dia ou dois de atraso, a Águas do Centro debitaram os juros de mora, como é de lei, mas, o que acontece é o seguinte, se a Águas do Centro também têm uma dívida para com a Câmara, a Câmara também tem de debitar esses juros de mora à Águas do Centro, então, a Autarquia e a empresa chegaram a esse acordo, a Câmara pode ser má pagadora, como o Senhor deputado queria insinuar, mas a empresa também não era melhor, então não fazia sentido absolutamente nenhum. Como o Senhor deputado deve ter reparado nas contas, trezentos mil euros já foram entregues à Câmara, à conta daquele milhão, noventa e oito mil, brevemente virá mais e as coisas estão no bom caminho. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu ainda, em relação aos subsídios, que existe muitas formas de apoiar as associações, não é só por cheques, pelo contrário, na sua opinião, a pior forma de apoiar as associações é o “cheque-dependência”, e a Câmara tem apoiado as associações de muitas formas, através da colaboração de projetos, com os funcionários, com a equipa, com os trabalhadores, nas candidaturas, por exemplo à Tagus, através dos transportes. Disse ainda que a Câmara definiu regras claras na atribuição de subsídios e apoios às associações, que é coisa que as novas regras de boa gestão e das boas políticas públicas assim obriga, que haja clareza, não querendo dizer que não existia antes, mas agora, todos sabem aquilo com que contam. Neste momento está a decorrer o processo de candidatura, que termina a 30 de janeiro, para a Câmara poder dar o seu apoio realmente a quem trabalha, quem faz alguma coisa pelo concelho, quem tem vontade de fazer, tem apoio, mas certamente haverá outras associações às quais não se pode dar o mesmo apoio porque, por muito meritório que seja terem o seu espaço de convívio, não podem ter o mesmo apoio que tem por exemplo uma associação que aposta na formação, como é o caso desportivo, o caso da música e de outras associações, pois tem de haver esta distinção e daí a Câmara ter criado o Regulamento de apoio às associações. -----

O que se quer dizer neste relatório é que a intenção da Câmara é continuar a dar apoio, pelo menos igual àquele que se tem dado este ano. Claro que também se espera o bom senso das associações e tem reunido com elas várias vezes, pedindo-lhes para não fazerem o que faziam há cinco anos atrás, se calhar não se pode fazer intercâmbios de diversas atividades, dez vezes por ano, mas atendendo às circunstâncias, só se poderá fazer uma vez ou duas, em de se ter cinco ou seis equipas de futebol, se calhar só se pode ter quatro. É isto que se tem apelado às associações e tem-se conseguido que que

estas sejam sensíveis para o dia-a-dia, para os problemas que o país está a atravessar e que no nosso concelho também se nota muito bem. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo, questionando se nos trezentos mil euros, está ia incluir ou não um dinheiro correspondente à entrada no capital social da Águas do Centro, ao que o Senhor Vice-Presidente referiu que não estava e que para essa verba ainda está a ser feita a valorização das infraestruturas, várias equipas da Águas do Centro e da Águas de Portugal, juntamente com os técnicos da Autarquia estão a fazer o estudo e o levantamento das infraestruturas e a sua valorização é um processo que ainda não está terminado. O Senhor deputado saberá certamente que todo este processo da água, vai fazer ainda passar muita água debaixo da ponte, em todo o país. Está numa grande remodelação porque são sistemas que no modelo que têm todos eles, estão à beira da falência, então há necessidade e a Câmara tem participado em várias reuniões, onde se verifica realmente a necessidade de repensar todo este modelo de gestão das águas. Uma coisa pode já dizer que é, uma das coisas que a Câmara exige que seja revisto é por exemplo, as projeções em relação ao número de habitantes, projeções essas que vão ser feitas com base nos Censos de 2011 e não com base nos Censos de 2009, tudo isso são negociações que a Câmara está a fazer, os caudais mínimos também estão num processo de estudo de negociação. -----

O Senhor Vice-Presidente informou ainda, sobre o novo modelo que vai ser introduzido de tele-assistência para os idosos, que a sua postura na vida política não é aquilo que as pessoas estão habituadas a ver no país, do quem não é comigo é contra mim, para si não é assim, sabendo aproveitar e sabendo estar atento àquilo que os seus colegas dizem e quando têm ideias diferentes e aproveitá-las quando as ideias são boas, fá-lo-á sem problema absolutamente algum. É verdade que foi uma das propostas do Partido Socialista, só tendo pena que não tivessem sido eles a apresenta-la em reunião de Câmara, puseram no programa, mas não apresentaram, mas isso também não interessa e, nem interessa quem apresenta, o que interessa é aquilo que é bom, aquilo que é bem feito para os municípios. É certo que este programa também demorou mais porque esteve à espera dos Censos séniores da GNR. A GNR é parceira no Conselho Local de Ação Social e fizeram o levantamento dos idosos que vivem em situações de isolamento e, tudo isto está em sintonia, e com o levantamento das juntas de freguesia, neste projeto que vai ser implementado experimentalmente de dois meses a partir, de janeiro. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo que o Pocal, da mesma forma que o Poc, nas empresas, agora com o novo CNC, permite que se abram novas rúbricas nas contas e o Pocal seguramente também o permite, por isso é que muitas vezes, entre a última rúbrica que está aberta e a

“outras”, normalmente há vários números em aberto, da mesma forma que o fizeram para o saneamento, porque este tem uma rubrica com um nome específico, também o podiam ter feito, nomeadamente para a Águas do Centro, que vai ser seguramente um fornecedor importante no município e podiam ter feito para a venda da água, que também não consta no plano de receitas. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente, referindo registar o que disse o Senhor deputado Adérito Garcia e que irá conversar com os técnicos para expor esta situação. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea b) do nº 2, do artigo 53º da Lei nº 159/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2013, com 13 votos a favor, da bancada parlamentar do PSD e seis votos contra da bancada parlamentar do PS. -----

A bancada parlamentar do Partido Socialista apresentou uma Declaração de Voto, cujo teor é o seguinte: -----

*“ Os Deputados Municipais, eleitos pelo Partido Socialista, votam contra a aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2013, apresentados a discussão na sessão da Assembleia Municipal de 27/12/2012, baseados nos seguintes fundamentos:*

- 1- No seguimento do apresentado em anos anteriores, e pese embora alteração de alguns pressupostos do documento, o documento agora discutido apresenta os mesmos vícios vistos no passado: empolamento das receitas para, pelo menos em termos matemáticos, cobrir as despesas. Desta forma, a sua utilização enquanto documento de gestão fica desde já comprometida.*
- 2- O valor global de 7.7M€ inscritos no orçamento, mais uma vez, parece-nos desajustado do momento atual, e das expectativas para o ano de 2013. Basta analisar os valores finais de execução dos anos anteriores para facilmente perceber que este documento está sobrevalorizado em aproximadamente 40%. Para chegar a este valor basta somar as já conhecidas rubricas “Outras”, que desta vez, aproximam-se dos 2M€.*
- 3- Não fosse a alteração na distribuição das verbas do FEF, e, mais uma vez, o orçamento estaria desequilibrado, entre despesas / receitas correntes e despesas / receitas de capital.*
- 4- Regista-se o objetivo de concretizar uma diminuição das despesas correntes, quando comparadas com o orçamento para o ano de 2012, no entanto, o objetivo traçado parece-nos pouco ambicioso, não só porque os valores do orçamento para 2012 já estavam eles empolados, mas também*

*porque o objetivo traçado fica aquém da redução geral de atividade verificada no município, por exemplo em termos de licenciamentos ou obras municipais;*

- 5- *Em termos de estratégia, ou linha orientadora, este documento peca pela falta de qualquer indicação de qual o rumo a seguir. A atividade de maior relevância, prevista para o ano de 2013, é a “aquisição de ações da sociedade Águas do Cento, S.A.”, que por sinal, vão ser trocadas pela cedência de mais algumas concessões.*

*Ou visto de outra forma, a grande orientação estratégica para 2013 é a continuidade da execução de rotinas correntes de gestão, de forma a manter o município minimamente ativo.*

- 6- *Como vem sendo habito, este documento foi elaborado a partir do mesmo documento elaborado para o ano que está a terminar, violando-se, mais uma vez, um dos princípios basilares da elaboração de um orçamento, seja ele qual for: o ponto de partida deve ser o realizado e não o previsto, ou seja, deveria o orçamento ter sido construído a partir das receitas e despesas reais de 2011 e 2012.*

*Por tudo isto, meus Senhores e minhas Senhoras,  
Manifestámos o nosso voto contra.*

*Sardoal, 27 de Dezembro de 2012*

*Os Deputados,” -----*

*De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----*

#### **4. Reorganização dos Serviços Municipais;**

*Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que por força da Lei a Câmara teve de fazer esta proposta de Organização dos Serviços Municipais, foram feitas algumas adaptações que vão para além daquilo que era exigível por Lei, por exemplo, algumas opções políticas claras, poderia manter-se três chefes de divisão, mas foi opção reduzir para dois e também alguma reorganização como mudanças de um gabinete para outro ou de uma divisão para outra, são estas reestruturações principalmente que aqui estão incluídas.-----*

Tomou a palavra a Senhora deputada questionando se dentro destes gabinetes que estão criados, gabinete municipal de proteção civil, desenvolvimento humano e social, jurídico e contencioso e gabinete de apoio à presidência, já tem designado ou nomeado ou já tem contemplado o número de lugares que vão ocupar estes gabinetes. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que a ocupação dos lugares nestes gabinetes não vai alterar aquilo que se tem neste momento, pelo contrário, até pela força da Lei, de futuro haverá uma redução, aumento não haverá de certeza absoluta, inclusivamente o número de gabinetes reduziu em relação ao que se tinha, salvo erro para metade. De qualquer das formas, esta é uma competência do Senhor Presidente, que na próxima reunião de Câmara, que além de ter que definir também as secções, será depois definido o pessoal adstrito a cada um dos gabinetes, garantindo que se mantém tal e qual como está, não havendo qualquer alteração neste momento, a não ser as imposições que vem aí pela Lei. -----

A Senhora deputada referiu que a sua pergunta se refere a pessoal do quadro, de contrato ou pessoal de nomeação, tendo o Senhor Vice-Presidente referido que existe pessoal de várias origens, há pessoal de quadro, há pessoal de nomeação, o gabinete de apoio à presidência, faz parte também o staff de nomeação do Senhor Presidente e há também alguns apoios, algumas estruturas externas à Câmara que é o caso do apoio jurídico. -----

Interveio novamente a Senhora deputada questionando sobre o gabinete jurídico e contencioso, se existe alguma avença e, se existe o gabinete, se se irá manter essa avença ou se se irá colocar pessoal da área no gabinete, tendo o Senhor Vice-Presidente referido que neste momento não existe ninguém contratado no gabinete jurídico, o que a Câmara tem é o apoio de empresas externas ao município que dão apoio jurídico. O gabinete jurídico encontra-se no documento e a qualquer momento poderá ser criado, havendo as devidas alterações, as quais terão de passar pela Assembleia Municipal, pois obrigaria a uma alteração de mapa de pessoal, dado que neste, não está ninguém desta área previsto para o próximo ano, por isso se porventura, vier a acontecer, terá certamente de ter a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Posto o assunto a votação e considerando o disposto no artigo 19º da Lei 305/2009 de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a Reorganização dos Serviços Municipais, com 13 votos a favor, da bancada parlamentar do PSD e seis abstenções, da bancada parlamentar do PS. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

#### **5. Sistema de Controlo Interno;**

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que este é um documento que tem uma forte componente técnica e que visa que haja clareza e boas práticas na gestão dos dinheiros públicos, nas políticas públicas do município, como sempre foi feito e como irá continuar a ser. -----

Existem aspetos interessantes, que dão uma abertura maior à oposição, nomeadamente quando disse que devem ser ouvidos, principalmente na questão do orçamento, existindo pontos que revelam uma prática que se quer implementar e que já teve resultados, quando foi por exemplo, a questão das freguesias, quando se criou aquele grupo e que, na sua opinião, é uma boa forma de se gerir o concelho. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Carlota Mora, referindo que este sistema de controlo interno sempre existiu, recordando que na última aprovação do relatório, voltou a frisar que era aquele documento que vinha à Assembleia durante anos e anos seguidos, com a designação de alguns funcionários que já não trabalhavam na Câmara com responsabilidade de cada um. O que a surpreende agora neste é que de facto, tem só o regulamento e não tem a designação dos responsáveis por cada serviço, como era habitual, não é só ter o documento, é preciso saber também, quem é o responsável por cada serviço e isso constava anteriormente e agora não consta. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que existe um conjunto de legislação que diz quem são os responsáveis, nomeadamente a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, é claro, quem são os responsáveis por incumprimentos, essa responsabilidade voltou a ter rosto e o rosto não é só o político, passou a ser o técnico, daí não haver necessidade de se estar a indicar nomes, até porque se irá entrar num processo, de chefes de divisão, a nova legislação obriga que brevemente tenha de se ter a concurso de chefes de divisão, não faria sentido absolutamente nenhum estar a referir A, B ou C, quando na verdade a legislação diz que a responsabilidade é do político, é do chefe que decidiu, ou a responsabilidade noutras situações é partilhada pelo político e pelo técnico. Esta questão está hoje legislada de uma forma que não estava o outro documento, que estava completamente desatualizado, daí que hoje não há necessidade de se estar a colocar nomes, porque as pessoas sabem, o chefe de divisão é A, B ou C e os políticos responsáveis são A, B ou C. -----

A Senhora deputada referiu não poder concordar de todo, na sua opinião tem de ser mesmo designado quem é o responsável, tem de se saber quem é o responsável de cada serviço, independentemente de

daqui a dois ou três meses ser alterado, tal e qual como constava anteriormente. Tem de ser designado, tem de estar escrito, nomeado, quem é o responsável por cada serviço, quem arrecada a receita, quem é responsável por toda a área administrativa e financeira. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que essas nomeações são feitas em reunião de Câmara, onde é decidido quem é o tesoureiro, quem assina os cheques, existe um conta, que tem os assinantes, A, B e C, está nas atas, tudo está definido, é só uma questão de a Senhora deputada ir ver as atas e de tudo o que é feito, no início do mandato e não só, por exemplo, há pouco tempo houve uma troca de tesoureiro e em reunião de Câmara foi aprovado a troca, os rostos estão lá, em relação aos políticos todos sabem facilmente quem são, os chefes de divisão também estão, não lhe parecendo haver necessidade, visto que toda a gente sabe quem são e que existem reuniões de Câmara e atas e decisões de Câmara, onde se decidiu quem é o responsável pela tesouraria, pela contabilidade, pela área A, B ou C, se entretanto houver alteração nestes responsáveis, é claro que a mesma terá de ir a reunião de Câmara, não há é necessidade de vir a Assembleia Municipal. Este é o entendimento da Câmara. -----

Continuou a Senhora deputada Carlota Mora referindo que não tem de vir a Assembleia Municipal, o documento é que tem de conter os responsáveis por cada serviço, não só os dirigentes, são todos. Não é por ter curiosidade, é uma coisa que deveria fazer parte. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que o que se poderia fazer, seria anexar as atas das reuniões onde foi decidido quem são as pessoas responsáveis pelos serviços, não lhe parecendo que a Lei obrigue a que os nomes tenham de constar. -----

A Senhora deputada referiu que a Lei não nomeia pessoas, e que isso pode ser alterado a todo o momento. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu não concordar com o que a Senhora deputada diz, no sentido de que eles existem, passou pelas reuniões de Câmara, estão decididos, foram aprovados de acordo com a legislação, mas, se a Senhora entende que eles deviam estar no documento, respeita a opinião, mas, legalmente, não sabe se é obrigatório -----

Posto o assunto a votação e considerando o Decreto-Lei nº 54-A/ 2009, de 22 de fevereiro e as posteriores alterações ocorridas, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar o Sistema de Controlo Interno, com treze votos a favor da bancada parlamentar do PSD e seis abstenções da bancada parlamentar do PS. -----



De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 02, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

#### **6. Compromissos assumidos no âmbito da autorização prévia aprovada pela A.M. em 28/09/2012 (Lei dos Compromissos);**

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que este assunto é só uma tomada de conhecimento a ser dada à Assembleia Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente informando que se trata de um contrato plurianual, o que obriga a que venha à Assembleia Municipal, a prestação de serviços compensações e exploração de serviços de carreira pública pela Rodoviária do tejo. Como se sabe, é opção do município que o serviço de carreira pública, ou seja, os transportes escolares sejam feitos em carreira pública, possibilitando mais uma vez que as pessoas que não têm tanta facilidade de transporte, para se deslocar à sede do concelho, o possam fazer através da rodoviária, sendo certo que tem mais custos acrescidos ao município e, lembrando a intervenção do Senhor deputado Paulo, essa é também uma forma que a Câmara tem de trazer pessoas ao comércio local e que possam vir no autocarro a acompanhar as crianças porque outros municípios o que fazem é ter carreiras exclusivamente para transportes escolares. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo que gostaria de fazer uma sugestão, no âmbito do PAEL, para que a informação dos valores recebidos, dos empréstimos do PAEL e valores pagos, passassem a constar também da informação que o Senhor Presidente presta à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vice-Presidente se é o valor recebido e a lista das entidades com pagamento em atraso a mais de 90 dias aos quais foram pagos com o dinheiro do PAEL. -----

O Senhor deputado referiu não existir necessidade de detalhar as entidades todas a quem se paga, é só para que haja uma noção do quanto é que se recebeu deste programa, pode ser de forma resumida para se acompanhar minimamente o assunto. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu estar baralhado pois a Câmara irá receber um valor do PAEL, que se espera que seja de 444 mil euros e, este valor é para pagar aquelas entidades que a trinta de março a Câmara tinha dívidas a mais de trinta dias e às quais a Câmara não fez planos de pagamento. Numa primeira fase virá 70% e numa segunda será de 30%. -----

Urgente

### **1. Atribuição de Despesas de Representação**

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente que informou ser um documento que estava em falta e que tem a ver com a entrada em vigor da legislação a 29 de agosto que diz que tem de ser a Assembleia Municipal a decidir sobre as despesas de representação para os dois chefes de divisão, neste caso para dois chefes de divisão, manterem aquilo que já têm há muito tempo, é um valor de cento e noventa euros mês. No início do mês de setembro já deveria de haver uma decisão da Assembleia Municipal e esta prática está a usada por todos os municípios, que é pedir os retroativos a um de setembro de 2012, para que fique conforme, mas não há um acréscimo de despesa, não há absolutamente mais nada, por exigência da Lei, tem de se por em claro aquilo que é feito há já muitos anos, é um direito que tinham e que a Lei continua a dar, se assim for o entendimento. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Carlota Mora, referindo que este é um direito que lhes assiste, mas que não é obrigatório. -----

Posto o assunto a votação e considerando os nros. 1 e 2 do artigo 24º da Lei nº 49// 2012, de 28 de agosto, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a Atribuição de Despesas de Representação, com catorze votos a favor da bancada parlamentar do PSD e do Senhor deputado José Maria Mora de Campos e seis abstenções da bancada parlamentar do PS. -----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 02, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

### **Período de Intervenção do Público**

Interveio o munícipe, Senhor António Ventura, referindo-se à sinalização, pois no verão passado verificou que junto à rotunda existente na vila, havia muita gente que não conhece o Sardoal e que vinha passar férias ou de passagem, dando três voltas à rotunda pois não sabiam para onde ir, dado que as placas que lá estão indicam a direção do Centro Cultural. Na sua opinião as placas estão mal porque vêm para aqui e depois entram nos bairros e nunca mais se entendem, pois não encontrando mais placas não sabem para onde se dirigir, se para a direita se para a esquerda, se em frente, dando em confusão. Quando se conhece as direções é muito fácil, quando se vai a vilas ou cidades que não se conhece, qualquer cruzamento complica muito a vida. -----

Na sua opinião, todas as placas que indicam para o Centro Cultural, deviam de ser para baixo e ao pé do Adérito, ter a sinalização correta para as várias direções que ali estão. -----

Sobre a higiene, verificou que na parte de trás da sede dos Lagartos, existem umas casas de banho que estão partidas, sem portas, as sanitas estão completamente destruídas, têm muitos livros cadernos e armários partidos, havendo muitos vestígios de rapaziada nova, um pouco desagradáveis, seria bom tirar ou emparedar as portas. -----

Sobre o jardim da Tapada da Torre, é um jardim muito bonito mas é também a casa de banho dos cães, é com muito desagrado que, quando ainda lá a apanhar folhas, era mais a porcária dos cães dos que folhas e acontece que um dos seus colegas lhe disse que no ano transato, uma rapariga casou e foi para o jardim tirar fotografias sentando-se ao pé de uns arbustos e precisamente em cima de um montinho presente e se aquilo cheira mal. Também sabe e viu que muitos dos cães são largados precisamente no jardim para fazerem as necessidades, o que na sua opinião não está correto. Se houver umas placas de proibição poderia alertar um pouco as pessoas que soltam ali os seus cães. ----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que sobre este assunto não há necessidade de se colocarem letreiros no jardim, pois toda a gente sabe que é proibido, é só uma questão de civismo e se as pessoas não o têm, há que fiscalizar. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente dizendo que placas foram colocadas mas que foram roubadas e que esta é uma questão de civismo e que aquela é uma zona complicada em termos de animais, aparecendo com alguma frequência animais vadios e que os próprios moradores da zona os alimentam. A Câmara em parceria com o canil intermunicipal tem feito a recolha de alguns animais abandonados, alguns deles até com receio que se tornem perigosos numa zona onde há muitas crianças. O regulamento municipal prevê penalizações para quem não cumprir com as regras. -----

A prática da Autarquia depois de se ter aprovado, no ano passado os regulamentos, nomeadamente dos resíduos sólidos urbanos, foi colocar nos diferentes contentores normas e sugestões às pessoas, claro que nem todas resultam, mas nota-se alguma diferença nesse aspeto. A Câmara irá fazer o mesmo em relação aos resíduos das pequenas obras domésticas, em que as pessoas não podem deitar o material sobranete dessas obras para qualquer lugar, existindo nos serviços da Autarquia, no armazém um contentor próprio para se depositar esses lixos que posteriormente serão transportados para um aterro próprio. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_